

TCU

Áreas órfãs contaminadas devem ser identificadas e recuperadas

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, sob a relatoria do ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa, auditoria operacional para avaliar as ações do Governo Federal para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12.305/2010, alterada pela Lei 14.026/2020.

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/areas-orfas-contaminadas-devem-ser-identificadas-e-recuperadas.htm>

TCM-BA

“PÍLULAS DE CONHECIMENTO” ANALISA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NA LEI Nº 14.133/2021

O projeto Pílulas Temáticas de Conhecimento, periódico elaborado pela Diretoria de Assistência aos Municípios – DAM, do TCM, publicou, nesta segunda-feira (13/03), um novo artigo temático relacionado com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O tema é “Inexigibilidades licitatórias: bem ou serviço fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo”.

<https://www.tcm.ba.gov.br/pilulas-de-conhecimento-analisa-a-inexigibilidade-de-licitacao-na-lei-no-14-133-2021/>

TCE-ES

TCE-ES conclui que obra do Portal do Príncipe foi concluída com êxito e com atraso de apenas 11%

Os auditores do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo concluíram as análises sobre as obras de modernização do Portal do Príncipe, em Vitória. A auditoria foi concluída com ausência de irregularidades nos trabalhos.

<https://www.tcees.tc.br/fiscalizada-por-satelite-tce-es-conclui-que-obra-do-portal-do-principe-foi-concluida-com-exito-e-com-atraso-de-apenas-11/>

TCE-MS

TCE-MS suspende licitação com suspeita de sobrepreço no valor de medicamento

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul determinou a suspensão do processo licitatório para a aquisição de medicamentos pela Prefeitura de Coxim, com valor estimado em R\$5.015.943,16.

<https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/6958/tce-ms-suspende-licitacao-com-suspeita-de-sobrepreco-no-valor-de-medicamento>



TCE-MG

TCEMG determina a elaboração de um plano para combate às DST no Estado

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, através da Primeira Câmara, determinou ao atual secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais a elaboração de um plano de ação para efetivar o cumprimento das 37 recomendações listadas num relatório de auditoria operacional. O prazo para elaborar e enviar o plano de ação é de 90 dias.

<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111626209>

TCE-PB

TCE-PB E TRE VÃO PROMOVER SEMINÁRIO SOBRE O CONTROLE E DOMÍNIO DAS CONTAS PÚBLICAS NO PROCESSO ELEITORAL

"Controle e Domínio das Contas Públicas no Processo Eleitoral", será o tema do seminário que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) irá promover conjuntamente com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE) no primeiro semestre deste ano.

<https://tce.pb.gov.br/noticias/tce-pb-e-tre-vaio-promover-seminario-sobre-o-controle-e-dominio-das-contas-publicas-no-processo-eleitoral>

TCE-PR

Cautelar do TCE-PR suspende licitação de Castro para coleta e transporte de lixo

O excesso de formalismo na inabilitação de licitante levou o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) a emitir medida cautelar que suspende licitação do Município de Castro (Campos Gerais) para a contratação de empresa prestadora de serviços de coleta, transporte e destinação de lixo; e operação, manutenção e vigilância do aterro sanitário municipal.

<https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/cautelar-do-tce-pr-suspende-licitacao-de-castro-para-coleta-e-transporte-de-lixo/10314/N>

TCE-SC

TCE/SC apura existência de valores expressivos em ata de registro de preços para gerenciamento da frota de municípios e possível inobservância do critério para credenciamento de prestadores de serviço

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou a sustação cautelar dos atos administrativos vinculados à ata de registro de preços decorrente do Pregão Eletrônico 22/2022, promovido pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina (Cincatarina), para gerenciamento da frota dos órgãos públicos dos 295 municípios vinculados — 215 consorciados e de 80 referendados. Com valor de R\$ 131,1 milhões para 12 meses, a ata contempla serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de veículos e de equipamentos por estabelecimentos credenciados, com fornecimento de pneus, de óleos lubrificantes e de lavagem, no modelo de autogestão.

<https://www.tcesc.br/tcesc-apura-existencia-de-valores-expressivos-em-ata-de-registro-de-precos-para-gerenciamento-da>

